

# A SOCIOBIODIVERSIDADE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E AS TERRITORIALIDADES DOS POVOS TRADICIONAIS DO CERRADO<sup>1</sup>

Jaqueline Borges Inácio <sup>2</sup>

## Resumo

O texto tem por objetivo analisar o processo de implementação das Reservas Extrativistas (RESEX) de Barra do Pacuí e Buritizeiro como áreas protegidas no norte de Minas Gerais, e a compreensão das territorialidades que vão se estabelecendo no lugar, a partir das práticas socioculturais e da experiência dos grupos humanos e contribuindo com a valorização e manutenção da sociobiodiversidade do Cerrado brasileiro. A área de estudo abrange a Comunidade Tradicional de Barra do Pacuí, no município de Ibiaí e Comunidade de Buritizeiro localizada no município que recebe o mesmo nome, ambas situadas na região Norte de Minas Gerais. Quanto aos caminhos metodológicos a pesquisa vem sendo desenvolvida no sentido de identificar as RESEX e RDS, bem como as ações das populações tradicionais no uso e defesa do território. As informações primárias estão sendo obtidas em campo. As secundárias a partir da leitura de bibliografias específicas sobre o tema pesquisado, além de sites de órgãos governamentais vinculados ao meio ambiente, entidades de classe e movimentos sociais envolvidos na criação das Unidades de Conservação.

**Palavras chave:** Sociobiodiversidade. Cerrado. Comunidades Tradicionais.

## Introdução

Entre os favorecidos da atual exploração do Cerrado encontra-se o agronegócio. Entre os que submergem, perdendo o seu lugar, as suas tradições e as habilidades de tocar a vida com distinção, estão os povos tradicionais. Nada obstante, diante de poderosas ações transformadoras, impactantes na existência de conhecimentos tradicionais seculares que dão sentido à noção de sociobiodiversidade, estão as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

A criação das Reservas Extrativistas no Brasil passou a ser regulamentada a partir do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. O Decreto determina que as Reservas

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte das discussões realizadas pelos pesquisadores vinculadas ao projeto de pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado/4611 - Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/CAPES). Orientado pelo Professor Titular do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG, e-mail: [rosselvelt@ufu.br](mailto:rosselvelt@ufu.br).

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG, e-mail: [jaquelinebinacio@yahoo.com.br](mailto:jaquelinebinacio@yahoo.com.br).

Extrativistas são territórios voltados para o uso sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações tradicionais que ali vivem. (BRASIL, 1990)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é um ambiente natural onde residem os povos tradicionais que vivem da exploração dos recursos naturais da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Essas atividades de exploração desenvolvidas por esses povos tradicionais ultrapassam gerações, cujos saberes e fazeres estão vinculados à natureza. Ao longo dos anos eles foram se adaptando as condições de diversidade ecológica local e cumprem uma função importante na proteção da natureza e na diversidade biológica. (Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2014)

Desse modo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem a finalidade de preservar a natureza e concomitantemente garantir e oferecer as devidas condições para reprodução e melhoria da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais dos povos tradicionais. Cabe destacar que a RDS é uma Unidade de Conservação de domínio público, e as propriedades particulares que estão inseridas no seu entorno, quando houver necessidade precisam ser desapropriadas de acordo com a disposição da legislação ambiental. (Ministério do Meio Ambiente, 2014).

Com a implementação das RESEX, também cria-se uma etnociência da conservação, a qual sofreu influência dos movimentos socioambientais nas décadas de 1970 e 1980, nos países tropicais, que se mostravam preocupados com a conservação e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais, que dependiam dessas Unidades de Conservação para existirem.

No Brasil a etnociência acompanhou o surgimento e o fortalecimento do Movimento dos Povos Indígenas, dos Seringueiros, dos Quilombolas com propostas de áreas protegidas como as RESEX (DIEGUES, 1999, p.11).

Assim sendo, o conceito de populações tradicionais surgiu na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e também na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho é criada em substituição a Convenção 107 da mesma organização. Esta última foi assinada em 27 de junho de 1957, na sua 40ª Sessão da Conferência Geral.

A Convenção 169 diferentemente da 107 classificava os indígenas e os povos tribais em um contexto de integração. Desse modo, na Convenção 169, o Estado tornou-se parceiro,

e as populações tradicionais, tornaram-se protagonistas de suas próprias decisões. Segundo Diegues (1999, p. 21) “ela passou a orientar a participação desses povos nas tomadas de decisões sobre assuntos que diziam respeito a eles e que seriam de competência de execução do Estado”.

A sociobiodiversidade no interior das RESEX e RDS parece ser um compromisso das populações tradicionais que vivem nesses locais. A permanência dessas populações nas UCs aponta para o uso do território de forma sustentável, pois, os recursos naturais são explorados e conservados concomitantemente. Também são territórios de disputa entre as populações tradicionais, grandes fazendeiros, empresários inseridos no setor de agronegócio e empreendimentos hidroelétricos.

Segundo Fernandes (2005, p.27) “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades”. Desse modo, o território se configura como espaço de poder e de vários usos.

Considerando o contexto da sociobiodiversidade, o texto tem por objetivo analisar o processo de implementação das RESEX de Barra do Pacuí e Buritizeiro como áreas protegidas no norte de Minas Gerais, e a compreensão das territorialidades que vão se estabelecendo no lugar, a partir das práticas socioculturais e da experiência dos grupos humanos e contribuindo na valorização e manutenção da sociobiodiversidade do Cerrado brasileiro.

A área de estudo abrange a Comunidade de Barra do Pacuí, no município de Ibiaí e Comunidade de Buritizeiro localizada no município que recebe o mesmo nome, ambas situadas na mesorregião Norte de Minas Gerais, região do Médio São Francisco.

Quanto aos caminhos metodológicos a pesquisa vem sendo desenvolvida no sentido de identificar e mapear as Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável, bem como as ações das populações tradicionais no uso e defesa do território.

As informações primárias estão sendo obtidas em campo. As secundárias a partir da leitura de bibliografias específicas sobre o tema pesquisado, além de sites de órgãos governamentais vinculados ao meio ambiente, entidades de classe e movimentos sociais envolvidos na criação das Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento

Sustentável (RDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente (ICMBio) e Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

### Caracterização da área de estudo

A proposta de implantação da Reserva Extrativista de Barra do Pacuí, contempla a Comunidade de Barra do Pacuí, e está localizada no município de Ibiaí, na mesorregião do Norte de Minas Gerais (Ver Figura 1). (LINDOSO, et al, 2010, p.17).



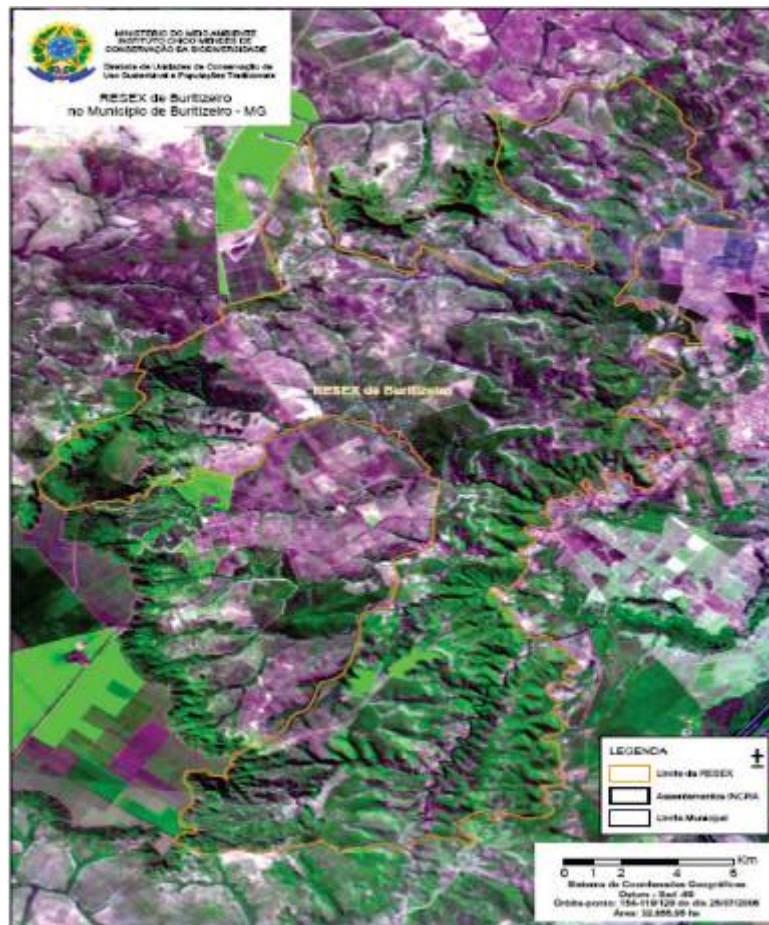
**Figura 1:** Imagem de satélite com o limite da área proposta para criação da Reserva Extrativista Barra do Pacuí, Minas Gerais (em vermelho).

**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente- MMA, 2010.

**Autores:** LINDOSO, Galiana da Silveira, et al, 2010.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Ibiaí são a produção de carvão vegetal, a extração de madeira e pequi e a produção de leite, ovo, banana, laranja, limão, tangerina, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho (IBGE 2007).

Quanto a área proposta para a implantação da RESEX de Buritizeiro, localiza-se no município de Buritizeiro (Ver Figura 2), na mesorregião do Norte de Minas Gerais e Alto Médio São Francisco, situado a 365 quilômetros da capital mineira Belo Horizonte (LINDOSO, et al, 2010, p.18).



**Figura 2:** Imagem de satélite e carta topográfica com os limites propostos para a criação da Reserva Extrativista de Buritizeiro, Minas Gerais.

**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2010.

**Autores:** LINDOSO, Galiana da Silveira, et al, 2010.

As atividades econômicas de Buritizeiro baseiam-se na pesca, agricultura e pecuária, e existe um grande potencial para desenvolver o turismo ecológico, pois na região concentra-se várias cachoeiras e corredeiras, além de um sítio arqueológico localizado no Sítio Caixa d'água (LINDOSO, et al, 2010, p.18).

### **As Unidades de Conservação e a valorização da sociobiodiversidade no Cerrado**

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas ambientais criadas com o objetivo de preservar os recursos naturais, e garantir a sua exploração de forma sustentável. Além disso, as UCs oferecem garantias aos povos tradicionais em relação ao uso sustentável dos recursos naturais de forma racional, bem como, proporcionam às populações que vivem no entorno o

desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2017).

Essas áreas foram e são criadas pelos governos federal, estadual e municipal, e são institucionalizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme disposto na Lei 9.985/2000. O SNUC representa um conjunto de Unidades de Conservação, composto por doze categorias, e possuem objetivos específicos, pois, existem unidades que necessitam de maiores cuidados, devido sua fragilidade e particularidades, e as que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. As RESEX classificam-se como uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UC), e são exploradas por povos tradicionais extrativistas, que retiram seus meios de vida dos recursos disponíveis na natureza (MMA, 2017).

Nessas áreas são permitidas desenvolvimento de atividades de coleta e uso dos recursos naturais, contanto que sejam realizadas de forma consciente, sem alterar o ciclo biológico e a biodiversidade do local. As UCs de Uso Sustentável, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, promovem a geração de emprego, renda, asseguram o desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida das populações tradicionais extrativistas que vivem na/da exploração dos recursos naturais (MMA, 2017).

Segundo o Decreto nº 6.040 de fevereiro de 2007, que implementa a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais, no art. 3º define-se:

- I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
- III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2007).

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, em 2010 foram registrado 5,2 milhões de sujeitos de origem de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, classificados como: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pantaneiros, povos de terreiro, catingueiros, indígenas, quilombolas, sertanejos,

pescadores artesanais, vazanteiros e geraizeiros. As últimas sete denominações de povos e comunidades tradicionais são encontradas no Norte de Minas Gerais.

Trata-se de povos tradicionais que possuem sua própria cultura, com organização social própria, ocupam e usam os bens naturais se identificando com o lugar, os seus conhecimentos e práticas são tradicionais, a exploração dos bens naturais ocorre de maneira sustentável, eles se adaptam às condições ambientais locais e colaboram com a proteção da natureza e a manutenção da diversidade biológica (MMA, 2010).

Neste processo estão envolvidos o meio biológico e os conhecimentos humanos de um determinado território. A sociobiodiversidade neste contexto comparece como um processo dinâmico, apresentando múltiplas possibilidades de interação comunidade/bioma. No Cerrado Brasileiro a sua biodiversidade, faz dele, a savana mais rica do planeta, possibilitando aos grupos humanos que vivem nas RESEX existências densas de saberes e fazeres.

No bioma do Cerrado encontram-se 30% da biodiversidade de espécies de animais do Brasil, e 5% em nível mundial. Também é considerado o “berço das águas”, por estar inserido em uma área onde se localizam as principais bacias hidrográficas do país (NETO, 2017). Concentra uma enorme variedade de paisagens, bem como, um grande número de espécies de plantas e animais (LOBO; SAWYER, 2008). Sua área abrange cerca de 2 milhões de Km<sup>2</sup>, representando um quarto do território do Brasil.

Este bioma está presente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Maranhão, Piauí, Rondônia e em parte do território dos estados do Paraná e São Paulo, além de algumas manchas presentes no Amapá, Roraima e Amazonas. As nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul tem sua origem no Cerrado como: Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), e possui um grande potencial hídrico o que favorece a biodiversidade (BRASIL, 2017).

A respeito da violência e da exploração do Cerrado pelo agronegócio, nas RESEX, as territorialidades tradicionais parecem continuar se expressando no uso do Cerrado. Elas contêm sabedorias, práticas produtivas de caráter local, característicos de seus modos de vida, elaborados secularmente.

Segundo Santos (2008):

As práticas produtivas campesinas revelam uma maneira muito particular de lidar com a natureza, em que os conhecimentos técnicos, o “como produzir”, aliam-se aos conhecimentos míticos e místicos sobre o mundo natural. Desta forma no campo dos saberes tradicionais, as ações do dia-a-dia baseiam-se em um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza. (SANTOS, 2008, p.26).

Nesses lugares as pessoas vivem entrelaçadas aos ciclos naturais do Cerrado. A partir de seus modos de vida constituíram comunidades que geraram estratégias de caráter múltiplo, nas quais, os usos da natureza, quase sempre extrativista, derivam de um conjunto de práticas sociais e culturais que pouco alteraram as paisagens daquelas áreas.

Desse modo, é importante destacar a acuidade dessas Unidades de Conservação, na valorização e manutenção da sociobiodiversidade do Cerrado brasileiro para os povos tradicionais que vivem na/da natureza.

Esses povos tradicionais por direito conquistado vão criando seus territórios a partir das Unidades de Conservação. Eles são estabelecidos em meio a conflitos e lutas, fazendo surgir estratégias de vida locais, contribuindo para proteção dessas áreas naturais. Além disso, nestas áreas, os grupos humanos criam, recriam suas tradições e identidade com tais territórios.

Para Fernandes (2005, p.30) “os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade”.

Nas Unidades de Conservação ocorrem diversos conflitos e disputas pelo território, entre os povos tradicionais que lutam e criam estratégias de resistência e permanência, pois, o lugar não representa para eles somente uma forma de obter os seus meios de vida e existência territorial. Também possuem outros significados que não são meramente materiais, que residem nas condições de vida, dos vínculos territoriais e das relações sociais e de pertencimentos que são construídas no lugar.

De acordo com Souza (2014, p.178) “é no território e a partir do território que todas as relações materiais, sociais e simbólicas se propagam, sendo que a identidade, a cultura e o território estão intimamente relacionados, perpassando todas as relações de poder existentes”.

Contraditoriamente, no entorno das RESEX existem os sujeitos que são representados pelos grandes proprietários de terra e os detentores do capital, que estão envolvidos nestes conflitos e disputas por território, pois buscam o desenvolvimento das atividades econômicas sem considerar os povos que vivem no local. Estão interessados nos benefícios e nos rendimentos financeiros que as atividades desenvolvidas nessas áreas lhes proporcionam, e também não estão motivados a preservar o bens naturais.

Neste sentido, os povos tradicionais que vivem nas RESEX vão criando estratégias de permanência no local. Um trunfo parece ser as suas territorialidades, as quais são constituídas



por pessoas que vivem em comunidade, criam e também recriam relações sociais e de pertencimento com lugar e interesses em comum. Esses sujeitos são e estão nessas áreas há gerações e seus modos de vida, saberes e fazeres não desaparecem ao longo do tempo, mas aprimorados com novas técnicas de feito.

A questão que se coloca é que as territorialidades são definidas como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo. (RAFFESTIN,1993, p.162). As territorialidades podem contribuir para manter a sociobiodiversidade nas Comunidades de Barra do Pacuí e Buritizeiro, localizadas na região do médio São Francisco no Norte de Minas Gerais. Trata-se de povos que vivem em comunidades e desenvolvem suas atividades diárias de forma a valorizarem o lugar a que pertencem, e vão construindo seus vínculos territoriais.

Segundo Souza (2014, p.177) “a afirmação identitária ressalta os vínculos territoriais e culturais com o lugar, expressos na forma como os sujeitos se identificam perante os “seus” e os “outros”.

As populações tradicionais desenvolvem atividades de agricultura, criação de animais de pequeno porte, cultivam plantas medicinais para produção de medicamentos naturais, pescaria artesanal, valorizando a sociobiodiversidade do Cerrado, além dos saberes e fazeres tradicionais que lhes garante as condições básicas de existência sociocultural e territorial no lugar.

É importante destacar que a sociobiodiversidade consiste na valorização da cultura, dos saberes tradicionais e a forma com que os sujeitos se relacionam com os diferentes ecossistemas (BORGES & ALMEIDA, 2009, p.2). Além disso, as questões culturais dos povos tradicionais e os envolvimento das comunidades no uso sustentável dos bens naturais, também são importantes para valorização da sociobiodiversidade.

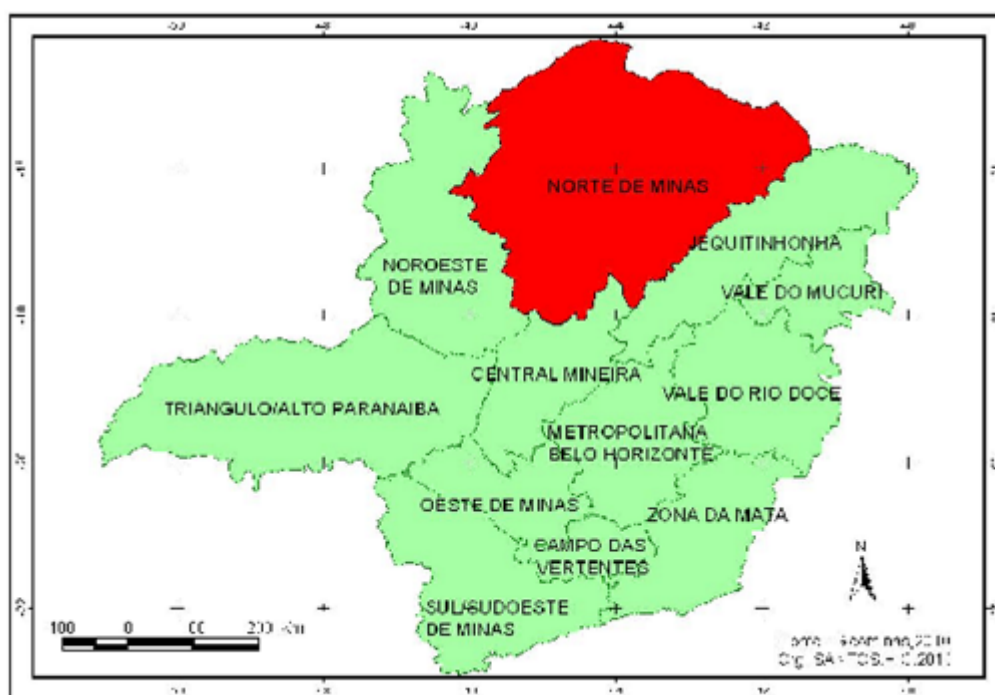
Desse modo, a motivação para criação das RESEX se deu com o objetivo de proteção dos meios e modos de vida, valores culturais desses povos de forma a garantir o uso sustentável dos recursos naturais das Unidades de Conservação (UCs).

As populações ou povos tradicionais que dependem e vivem nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as RESEX e RDS, podem ser classificados em: indígenas, quilombolas e camponeses (sertanejos, ribeirinhos, geraizeiros, seringueiros, vazanteiros, quebradeiras de coco babaçu, etc.).

## Os enlaces territoriais nas Comunidades Rurais de Barra do Pacuí e Buritizeiro-MG

As Comunidades Rurais de Barra do Pacuí e Buritizeiro estão situadas nas áreas de preservação do Cerrado da Mesorregião Norte de Minas Gerais (Ver Mapa 1).

**Mapa1: Localização da Mesorregião Nortes de Minas Gerais**



Fonte: Geominas, 2010. Org.: SANTOS, H. C. 2010.

São áreas habitadas por povos tradicionais que vivem na/da natureza, e esses sujeitos lutam junto aos movimentos sociais, a fim de garantir a sua permanência no lugar, conservando seus saberes e fazeres tradicionais, que fazem parte dos seus modos de vida locais.

Para Santos (2008, p.27) “é no jogo das “interações” humanas, das “sensibilidades” e dos “sentidos” que criamos e reproduzimos os modos de vida.”

Essas comunidades são povoadas por agricultores familiares, camponeses, pescadores artesanais, geraizeiros e vazanteiros, e existem por meio do que produzem nessas áreas, porém, estão ameaçados pelos grandes produtores rurais, os quais são detentores do poder e do capital. Os sujeitos se mantêm no local, e resistem e lutam por sua permanência, e eles

além de garantirem os seus meios de vida, contribuem com a proteção dos bens naturais das Unidades de Conservação, produzindo de forma sustentável.

Para Santos (2012):

Os sertanejos, ribeirinhos, geraizeiros, vazanteiros, e tantos outros povos tradicionais que vivem nas margens e no entorno do Rio São Francisco no sertão mineiro demonstram que o sertão é o território de pluralidades de modos de vida tradicionais, de povos que sabem viver/conviver e preservar a biodiversidade. (SANTOS, 2012, p.3).

No entanto, as áreas onde se pretendem implementar as RESEX estão situadas no entorno das grandes propriedades rurais, e os proprietários disputam esses territórios com os povos que vivem nas comunidades rurais.

Segundo Lindoso, et al, (2010):

O desenvolvimento das atividades extrativistas no médio São Francisco encontra-se ameaçado, principalmente pela supressão das áreas naturais e pela escassez de mecanismos que estimulem a continuidade das atividades extrativistas. As áreas utilizadas para a coleta de frutos e de plantas medicinais encontram-se ameaçadas por atividades como produção ilegal de carvão vegetal e agropecuária mecanizada. (LINDOSO, et al, 2010, p. 11-12).

Com todos os problemas e lutas que encaram, e com poucos recursos econômicos para que ocorra o desenvolvimento de atividades extrativistas, essas comunidades rurais, desenvolvem alternativas de vida a partir da organização e do trabalho coletivo, por meio do uso de frutos e plantas medicinais (espécies oriundas do Cerrado).

De acordo com Souza (2014):

A tradição no trabalho coletivo, na partilha e na reciprocidade, no estar na comunidade, no viver e produzir seus alimentos, no conflito e no confronto com costumes rurais e urbanos que transcorrem a vida de agora, os identificam como homens e mulheres que tem a vida ligada a terra. (SOUZA, 2014, p.165).

Desse modo, surgiu o Movimento Graal de Mulheres, o qual está localizado no município de Buritizeiro, bem como a Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Extrativistas do Cerrado composta por extrativistas dos estados de Minas Geral, Goiás e Bahia, os quais somaram forças para garantir seus meios de vida e existir em meio ao agronegócio (LINDOSO, et al, 2010, p.11).

O Movimento Graal valoriza os saberes e fazeres tradicionais, e estimula as produções que estão vinculadas ao agro extrativismo familiar, por meio da utilização de forma tradicional e sustentável dos bens naturais na produção de doces, bombons, geleias, sucos e licores, bem como, o uso de frutos típicos das áreas de Cerrado do médio Rio São Francisco.

Os alimentos e medicamentos naturais produzidos pelas mulheres do Movimento Graal são disponibilizados para serem comercializados em feiras e festas típicas do Norte Mineiro.

Enquanto isso, na Comunidade de Barra do Pacuí, no município de Ibiaí existe uma organização denominada de Rede Solidária, que trabalha com a produção e a subsistência socioambiental, o que tem contribuído com a melhoria da qualidade de vida dos povos extrativistas do Cerrado do Norte de Minas, de uma população situada às margens do médio São Francisco, formada por pescadores, agroextrativistas e vazanteiros.

De acordo com Souza (2014, p.162) “a percepção da cultura e da natureza permeia e faz parte da vida de homens e mulheres acostumados a viverem tendo o rio como um lugar de vida.” Sendo assim a Comunidade de Barra do Pacuí desenvolve atividades que garantem sua existência e permanência no lugar, por meio de conhecimentos que vão sendo adaptados ao longo dos anos, os quais possibilitam a convivência entre os sujeitos dado as condições da vegetação de Cerrado (LINDOSO, et al, 2010, p.16).

A convivência entre os sujeitos vai criando as territorialidades e essas vão se fixando nos lugares por meio dos laços de solidariedade, de sociabilidade e pertencimento às comunidades. Segundo Raffestin (1993, p.158) “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade”, e esses são representados pelos povos tradicionais que vivem na/da natureza e que estão inseridos em lugares aonde vão construindo seus vínculos territoriais.

A sua vivência no lugar é multidimensional, pois, está além da sobrevivência, também envolvem os aspectos sociais, culturais, os valores e os modos de vida que vão se constituindo ao longo do tempo e que ultrapassam gerações, permanecendo mesmo sob as pesadas imposições da lógica capitalista que desconsidera as demais questões apresentadas.

O conceito de territorialidade também pode ser definido, segundo Braga; Lages e Morelli (2004) sob os seguintes aspectos:

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas- uma localidade, uma região ou um país- e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (BRAGA; LAGES; MORELLI, 2004, p.28).

No caso das comunidades tradicionais analisadas a territorialidade tem um caráter coletivo, pois se trata de um grupo de pessoas que lutam pela permanência no lugar, bem

como, pela valorização da sociobiodiversidade do Cerrado. Desse modo, a territorialidade contribui para que as populações que vivem nas Unidades de Conservação se mantenham no território desenvolvendo suas atividades baseadas nos modos de vida tradicionais e no uso racional e equilibrado dos bens naturais.

Sendo assim, os sujeitos estabelecem relações materiais e imateriais, e se organizam coletivamente para reivindicar a sua permanência nas Unidades de Conservação, bem como, pela criação das RESEX nessas áreas.

Segundo Diegues (2000):

No coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente. (DIEGUES, 2000, p.63).

Os povos tradicionais que vivem nas áreas de preservação ambiental lutam pela preservação do meio ambiente, além do direito de plantar, pescar, cultivar e colher alimentos presando pelas relações de convivência com suas famílias. Sendo assim, ao preservar o território eles manifestam sua territorialidade e mantém o seus valores humanos, costumes, modos de vida tradicionais das comunidades que vivem nos lugares.

Essas comunidades enfrentam diversas dificuldades, sobretudo do setor do agronegócio, em sua maioria são atores que não respeitam e tão pouco consideram os direitos dos povos que lutam pela sua ancestralidade e tradicionalidade (SANTOS, 2012, p.16).

Portanto, para que a cultura dos povos tradicionais permaneça na mesorregião do Norte de Minas Gerais, é fundamental que as Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RESEX) sejam institucionalizadas, garantindo a valorização da sociobiodiversidade e conservação dos bens naturais de forma sustentável, além dos meios de vida e os modos de vida dessa população.

### **Considerações finais**

As reflexões apresentadas apontam para a institucionalização das Reservas Extrativistas de Barra do Pacuí no município de Ibiaí-MG e Buritizeiro no município que recebe o mesmo nome, ambos localizados na mesorregião Norte de Minas Gerais no médio Rio São Francisco, principal rio que abastece a região.

Com a criação e institucionalização das RESEX ocorre a valorização da sociobiodiversidade do Cerrado, nos aspectos sociais, culturais e da biodiversidade. Essas Unidades de Conservação de Uso Sustentável são criadas com o objetivo de preservar os bens naturais e promover o uso de maneira sustentável da natureza, conservando as espécies vegetais e animais endêmicas do bioma.

Desse modo, é preciso garantir a permanência dos povos tradicionais que vivem na/da natureza, pois eles por meio dos seus saberes e fazeres tradicionais sabem como fazer o uso sustentável dos bens naturais, e continuarem extraindo apenas o que necessitam para produzirem alimentos, medicamentos e artesanatos, os quais são destinados a gerar renda a partir do comércio local e regional.

Contraditoriamente e como oposição sociopolítica, existem os grandes proprietários e produtores rurais, o setor do agronegócio que muitas vezes impedem a criação das Unidades de Conservação, pois, primam pelo desenvolvimento econômico, travestido em um discurso de progresso para o local onde são instalados os empreendimentos, bem como a geração de mais emprego e renda.

Neste contexto de vários e densos interesses, essas áreas onde se pretendem implantar as RESEX, são consideradas como territórios em disputa e de resistência pelas populações tradicionais.

Portanto, compreender questões relacionadas a sociobiodiversidade a partir do estudo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, da implementação das RESEX de Barra do Pacuí e Buritizeiro localizadas no Cerrado da mesorregião Norte de Minas Gerais, é uma forma de elaborar conhecimentos que possam contribuir para mover teorias e metodologias, propiciando desvelamentos das relações sociais, culturais, vínculos territoriais dos povos tradicionais que vivem em territórios tensos, decorrentes de um contexto marcado por disputas de várias ordens.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro ao grupo de pesquisa do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG, garantindo nossa participação no Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), a ser realizado em Curitiba-PR.

## Referências:

BORGES, V.C.; ALMEIDA, M.G. O Cerrado brasileiro além da pecuária, soja e da cana-de-açúcar, a sua sociobiodiversidade em questão. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. 2009, Montevideu/Uruguai. **Anais...** Montevideu/Uruguai. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/02.pdf>> Acesso em: set. 2017.

BRAGA, C.; LAGES, V.; MORELLI, G. (Org.). Território e territorialidade. In: **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Ignacy Sachs, prefácio. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agro biodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006. Série Biodiversidade. 82 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Sociobiodiversidade no Brasil: gerência e agroextrativismo/DEX/SEDR/MMA**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sds\\_dads\\_agroextra/\\_arquivos/apresentasociobiodiversidade2011\\_65.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/apresentasociobiodiversidade2011_65.pdf)> Acesso em: mai 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em: maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **O que são Unidades de Conservação?** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>> Acesso em: maio de 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. (org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: 1999. 211 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p.24-34 jan./jun. 2005.

LINDOSO, Galiana da Silveira; AMARAL, A. G; VALE, Gabriel Damasco do; HAIDAR, R.F; OLIVEIRA, Gustavo Henrique de. Caracterização Geral do Bioma Cerrado e da Região no Norte Mineiro. In: FELFILI, J.M. (org.) **Estudos de vegetação para subsidiar a criação das Reservas Extrativistas Barra do Pacuí e Buritizeiro – MG**. Brasília: MMA, 2010. 168p. Disponível em: <[www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade?](http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade?)> Acesso em: mar.2017.

LOBO, A.; SAWYER, D. O bioma cerrado. **Central do Cerrado: produtores Ecosociais**. Disponível em: <<http://www.centraldocerrado.org.br/cerrado/>> Acesso em: abril 2017.

MATTEO, Kátia Castro de; ARAÚJO, Wladimir Sena Araújo; MATRICARDI, Eraldo Aparecido Trondoli; PARO, Polyana; OLIVEIRA, Fagno Tavares de. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais. **Zoneamento Ecológico- Econômico. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais.** Palmas: SEPLAN, 2016. 159 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTOS, Helenice Cristina; LEITE, Romana de Fátima Cordeiro. Norte de Minas múltiplos olhares sobre a ocupação do Cerrado. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2177](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2177)> Acesso em: set. 2017.

SANTOS, Rodrigo Herles dos. **Aqui estou, aqui faço o meu lugar: um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí-MG.** 167 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG. 2008.

SANTOS, Thaís Dias, L.B. A comunidade Barra do Pacuí e suas territorialidades. 7º Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR. Disponível em: <[www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt08-06.pdf](http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt08-06.pdf)> Acesso em: set. 2017.

SOUZA, A. F. G.; BRANDÃO, C. R. Saberes locais, identidade e diversidade cultural: sujeitos e lugares do médio São Francisco. In: MARQUES, Luana Moreira (Org.). **Geografias do cerrado: sociedade, espaço e tempo no Brasil central.** Uberlândia: Edibrás, 2014, p.159-183.